CONTINUAÇÃO

TERMINAL DE GRÃOS PONTA DA MONTANHA S.A. CNPJ: 17.441.792/0001-32

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015	204.558	(17.734)	97.217	284.041
Prejuízo do exercício	-	(12.688)	-	(12.688)
Outros resultados abrangentes				
Ajuste de avaliação patrimonial – conversão de moeda	-	-	(36.353)	(36.353)
Ganho líquido sobre hedge de fluxo de caixa	-	-	22	22
Total de outros resultados abrangentes do exerício	-	-	(36.331)	(36.331)
Total do resultado abrangente do exerício	-	(12.688)	(36.331)	(49.019)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	204.558	(30.422)	60.886	235.022
Prejuízo do exercício	**-**	**(3.756)**	**-**	**(3.756)**
Outros resultados abrangentes				Z
Ajuste de avaliação patrimonial – conversão de moeda	**-**	**-**	**5.325**	**5.325**
Ganho líquido sobre hedge de fluxo de caixa	**-**	**-**	**3**	**3**
Total de outros resultados abrangentes	**-**	**-**	**5.328**	**5.328**
Total do resultado abrangente do exerício	**-**	**(3.756)**	**5.328**	**1.572**
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**204.558**	**(34.178)**	**66.214**	**236.594**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(2.430)**	(7.512)
Ajustes para conciliar o prejuízo antes dos impostos aos fluxos de caixa das operações		
Depreciação e amortização	**27.140**	13.965
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	**178**	950
Ganho com marcação a mercado de instrumentos financeiros	**25**	(4.213)
Variação em ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	**(2.399)**	(180)
Estoques	**(310)**	(365)
Despesas antecipadas	**69**	512
Impostos a recuperar	**3.494**	(5.056)
Outros ativos	**499**	(1.225)
Fornecedores	**(3.228)**	(1.202)
Impostos a recolher	**(2.692)**	(2.972)
Outros passivos	**(1.685)**	931
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**18.661**	(6.367)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		
Adições de imobilizado	**(27.517)**	(118.360)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(27.517)**	(118.360)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento		
Recebimentos de partes relacionadas	**13.728**	129.873
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**13.728**	129.873
Efeitos de variações nas taxas de câmbio sobre o saldo de caixa mantido em moedas distinta da moeda funcional	**4.026**	(1.667)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**8.898**	3.479
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**8.747**	5.268
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**17.645**	8.747

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

1. Contexto operacional

O Terminal de Grãos Ponta da Montanha S.A. ("Companhia") é uma entidade de economia privada brasileira constituída sob as leis brasileiras, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará, Brasil. O endereço dos escritórios centrais da Companhia é Avenida Senador Lemos, nº 791, Ed. Sintese Plaza, salas 2008 - Umarizal. A base de negócios da Companhia é o serviço portuário.

A Companhia tem como principais objetivos a representação de armadores e sociedades ou linhas de navegação marítima do país e do exterior, agenciamento marítimo de navios e cargas, desembaraço aduaneiro de mercadorias importadas e exportadas; estiva, desestiva, carga, descarga de navios e armazenagem; atuação no ramo de atividade de operadores portuários; transporte multimodal de cargas; comercialização, industrialização, distribuição, produção, importação e exportação de produtos agrícolas; comercialização, importação, exportação, distribuição, armazenamento, expedição e transporte de matéria-prima para uso alimentício, de produtos para uso alimentício e de ingredientes para alimentação animal.

A Companhia é uma entidade controlada em conjunto (*joint venture*) entre ADM do Brasil Ltda., Sartco Ltda. e Andorsi Participações Ltda.

2. Base para preparação e políticas contábeis significativas

2.1. Declaração de preparação

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

2.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto no caso de instrumentos financeiros derivativos que foram mensurados a valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O exercício social da Companhia corresponde ao período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano comercial.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de abril de 2018.

a) Conversão para moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em Reais. A moeda funcional da Companhia é o Dólar dos Estados Unidos.

Para fins de apresentação, os ativos e passivos foram convertidos para Reais utilizando a taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento (R$3,3080/US$ e R$3,2591/US$) em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. Os resultados das operações e as demonstrações de fluxos de caixa foram convertidas à taxa de câmbio média dos respectivos exercícios (R$3,1918/US$ e R$3,4901/US$), para 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

As transações em Reais são registradas inicialmente pela entidade às suas respectivas taxas à vista da moeda funcional na data em que a transação se qualifica pela primeira vez para reconhecimento.

Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio à vista da moeda funcional na data do relatório sobre demonstrações financeiras. Todas as diferenças resultantes da liquidação ou da conversão de itens monetários são levadas para a demonstração do resultado.

Ativos e passivos não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda diferente da moeda funcional são convertidos utilizando as taxas de câmbio na data que as transações são reconhecidas. Ativos e passivos não monetários mensurados a valor justo em moeda diferente da moeda funcional são convertidos às taxas de câmbio na data em que o valor justo for apurado. Itens não monetários que não sejam mensurados com base no valor justo são atualizados para a moeda de apresentação à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento.

b) Reconhecimento de receita

A receita só é reconhecida, quando puder ser confiavelmente estimada no momento em que ocorrer a prestação de serviços, for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia e as despesas ou custos incorridos com a transação, assim como as despesas ou custos para concluí-la, puderem ser mensuradas com confiabilidade.

c) Impostos

Imposto de renda corrente

Impostos de renda do período compreendem o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), chamado de "impostos de renda" nestas demonstrações financeiras. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício social e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Imposto sobre vendas/serviços

As receitas de vendas/serviços estão sujeitas aos seguintes impostos, com as seguintes alíquotas:

• Programa de Integração Social (PIS)/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 9,25% e Imposto sobre Prestação de Serviços (ISS) com alíquota de 5%.

d) Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado pelo custo histórico, deduzido de depreciação acumulada e redução ao valor recuperável. Esse custo inclui o custo de substituir parte do ativo imobilizado e os custos dos empréstimos se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são obrigadas a ser substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativos individuais com vidas úteis específicas e as deprecia de acordo com as respectivas vidas úteis.

A depreciação é calculada pelo método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos como segue:

	Vida útil em anos
Máquinas e equipamentos	2 a 40
Edificações e benfeitorias	10 a 25
Veículos	3 a 5
Móveis e utensílios	7 a 10
Embarcações	20
Correias Transportadoras	2

Um item do ativo imobilizado e qualquer parte significativa reconhecida inicialmente é desreconhecido quando da alienação ou quando não se espera nenhum benefício econômico futuro proveniente da sua utilização. Quaisquer ganhos ou perdas decorrentes de desreconhecimento de ativos são incluídos na demonstração do resultado quando os ativos são desreconhecidos.

Valores residuais e as vidas úteis dos ativos são revistos anualmente e ajustados prospectivamente, se necessário.

E) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros, dentro do escopo do CPC 38 são classificados como ativos financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJPMR), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda, conforme o caso. A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo.

Compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações liquidadas através do ciclo usual de liquidação) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Ativos financeiros da Companhia incluem caixa e depósitos a curto prazo, duplicatas a receber e outros recebíveis, e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende de sua classificação conforme descrito abaixo:

• Ativos financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJPMR)

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos para fins de venda ou de recompra no futuro próximo. Derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são contabilizados na demonstração da posição financeira pelo valor justo com alterações líquidas no valor justo reconhecidas na receita ou despesa financeira na demonstração do resultado.

• Desreconhecimento de ativo financeiro

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de